



Conselho Federal de Psicologia

Relatório de gestão

2010



**Conselho
Federal de
Psicologia**

Relatório de Gestão CFP 2010



XIV Plenário
Gestão 2008-2010

Diretoria

Humberto Verona – Presidente
Ana Maria Pereira Lopes – Vice-Presidente
Clara Goldman Ribemboim – Secretária
André Isnard Leonardi – Tesoureiro

Conselheiros efetivos

Elisa Zaneratto Rosa – Secretária Região Sudeste
Maria Christina Barbosa Veras – Secretária Região Nordeste
Deise Maria do Nascimento – Secretária Região Sul
Iolete Ribeiro da Silva – Secretária Região Norte
Alexandra Ayach Anache – Secretária Região Centro-Oeste

Conselheiros suplentes

Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Andréa dos Santos Nascimento
Anice Holanda Nunes Maia
Aparecida Rosângela Silveira
Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
Jureuda Duarte Guerra
Marcos Ratinecas
Maria da Graça Marchina Gonçalves

Conselheiros convidados

Alúzio Lopes de Brito
Roseli Goffman
Maria Luiza Moura Oliveira

1- Políticas	9	5 - Publicações	37
1.1 - América Latina	9	5.1 - Periódicos	37
1.2 - Assistência Social	10	5.2 - Projeto Memória da Psicologia Brasileira	39
1.3 - Comunicação	11	5.3 - Relatórios de Eventos e Atividades Publicados	40
1.4 - Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop)	12	5.4 - Vídeo Institucional dos Conselhos de Psicologia	41
1.5 - Criança e Adolescente	13	5.5 - Sites, Hotsites e Sistemas para Inscrição On-Line em Eventos	41
1.6 - Direitos Humanos	15	5.6 - Notas e Manifestos	42
1.7 - Diversidade Sexual	16	5.7 - BVS-Psi Brasil e BVS Ulapsi	43
1.8 - Educação	17	6 - Reuniões	47
1.9 - Emergências e Desastres	18	6.1 - Reuniões do XIV Plenário	47
1.10 - Envelhecimento	19	6.2 - Fóruns e Representações	48
1.11 - Mulheres	19	6.3 - Comissões e Grupos de Trabalho	51
1.12 - Psicologia Crítica do Trabalho	19	7 - Administrativo-Financeiro	52
1.13 - Psicologia do Trânsito e da Mobilidade	20	8 - Assessoria Parlamentar	53
1.14 - Psicologia em Interface com a Justiça	20	9 - Nova Sede	53
1.15 - Saúde	22	10 - Assessoria Jurídica	54
1.16 - Segurança Pública	27	11 - Corpo Funcional do CFP-2010	55
1.17 - Sistema de Cadastro Nacional dos Psicólogos	28		
2 - Eventos	29		
2.1 - III CBP	29		
2.2 - VII CNP	30		
3 - Eleições	31		
4 - Orientação e fiscalização do exercício profissional	33		
4.1 - Ética e Processos Éticos	33		
4.2 - Avaliação Psicológica	33		
4.3 - Credenciamento de Sites	35		
4.4 - Títulos de Especialista	35		
4.5 - Relação das Resoluções Publicadas em 2010	36		

1.1 - América Latina

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) continuou o trabalho de articulação e intercâmbio com a América Latina, com o objetivo de contribuir para a construção de uma Psicologia comprometida com a realidade social de nosso continente.

América Latina foi tema do debate *Sociedade, trabalho, justiça e democracia: reflexões a partir da Psicologia*, realizado durante a edição do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, no início do ano. A construção da democracia na América Latina foi debatida pelo sociólogo Emir Sader e pelas psicólogas Ana Bock e Carolina Moll, respectivamente secretária e tesoureira da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (Ulapsi). Elas convergiram ao mostrar como o debate sobre democracia na América Latina é, ainda, impactado pelos regimes autoritários das décadas de 70 e 80.

No III Congresso Brasileiro da Psicologia (CBP), foram realizados pela Ulapsi, com apoio do CFP, o Diálogos Latino-Americanos, com participação de profissionais de diversos países da região.

Para comemorar o Dia da Psicologia Latino-Americana, 8 de outubro, o CFP promoveu um debate on-line – *Uma Psicologia para a América Latina: entre nessa conversa!* –, que conectou Argentina, Brasil, Chile, México e Paraguai. Mais de 4 mil pessoas se conectaram à transmissão on-line.

**Quatro mil
pessoas se
conectaram à
transmissão
on-line do
debate – Uma
Psicologia
para a
América
Latina:
entre nessa
conversa!**



O seminário foi considerado, pelo CFP, um marco na relação da profissão com as políticas públicas. A ação no SUAS desafia o psicólogo a responder como a sua prática pode contribuir com a dimensão subjetiva do direito dos cidadãos. A organização do evento, em conjunto, pelo CFP e pelo MDS, também deve ser destacada, pois este é o ministério que desenvolve a Política Nacional de Assistência Social e tem contado com o trabalho do psicólogo para a consecução de suas ações. Os vídeos do seminário estão disponíveis, na íntegra, via internet: <http://psisuas.pol.org.br>.



1.2 - Assistência Social

A Psicologia vem trabalhando na construção de subsídios para a criação de resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) sobre trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) abriu, no dia 4 de agosto de 2010, consulta pública para revisão da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS). O CFP, considerando importante que o Sistema Conselhos enviasse suas contribuições, solicitou avaliação dos Regionais. A partir delas, as contribuições da Psicologia para o tema foram entregues ao MDS, em outubro.

A atuação dos psicólogos no Sistema Único de Assistência Social

Entre os dias 21 e 23 de junho de 2010, o seminário *A atuação dos psicólogos no Sistema Único de Assistência Social* debateu o papel dos psicólogos no SUAS, os dilemas dessa atuação e os desafios para avançar na política de Assistência Social. O evento foi fruto de iniciativa conjunta dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, por meio do Crepop, e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS).

Todo o seminário foi transmitido via internet. A abertura foi acessada por mais de 8.500 pontos, e a quantidade de internautas se manteve próxima aos 4 mil nos outros dias.

1.3 Comunicação

Democracia, controle social, liberdade de imprensa e garantia da participação pública no debate das comunicações foram temas que estiveram na pauta da sociedade brasileira em 2010. O CFP, com o conhecimento que construiu ao longo dos anos discutindo mídia e subjetividade, foi ator nas discussões. Esteve em articulações a favor do direito à livre expressão sobre os temas da comunicação no país, em diversas entrevistas e mesas redondas. Participou ativamente de ações pelo fim da publicidade dirigida às crianças no Brasil e apoiou o processo de elaboração, implantação e divulgação de consulta pública das novas regras para a Classificação Indicativa.

Entre outras atividades, o CFP esteve na 1ª Audiência Pública do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em junho de 2010. Em julho, elaborou, em conjunto com o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), o texto *Mapeamento das prioridades para as TICs no Brasil – produção de conteúdo nacional*, publicado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Em 2010, o Conselho esteve nos eventos do Fórum Brasil Conectado (FBC), na defesa de propostas de restabelecimento da gestão estratégica do Estado na expansão da Banda Larga pública em nosso país. Em setembro, o CFP, em parceria com o FNDC e outras entidades, diante



da conduta de parte da grande mídia nas semanas anteriores, assinou manifesto em defesa da democracia e do controle público sobre a mídia. Em novembro, no Seminário Internacional das Comunicações Eletrônicas e Convergência de Mídias, em consonância com diversas entidades, entregou ao Ministro das Comunicações a *Carta em defesa da liberdade de expressão*.

Sempre ampliando parcerias com outras organizações, outro eixo de trabalho foi o de pressão, em especial sobre o governo federal e sobre o parlamento, para o encaminhamento das decisões da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em dezembro de 2009, para a implementação de novo marco regulatório para as comunicações no Brasil.

1.4 Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop)

Pesquisas

Sugeridos pelo Conselho Consultivo do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas e aprovados pela Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf), os temas que orientaram as pesquisas do Crepop em 2010 foram:

1. Atuação profissional de psicólogos em serviços hospitalares do SUS;
2. Atuação profissional em políticas de diversidade sexual e promoção da cidadania LGBTTT;
3. Atuação de psicólogos em políticas públicas de esporte;
4. Atuação do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social do Sistema Único de Assistência Social (Cras-Suas).

Foram realizados levantamentos de marcos lógicos e legais, convenções, declarações, tratados e legislações sobre as áreas investigadas. Os resultados desse levantamento e os relatórios quantitativos e qualitativos das pesquisas encontram-se disponíveis no site do Crepop.

No ano de 2010, os ciclos de pesquisa contaram com a participação de 2.562 respondentes on-line e 2.390 participantes locais. A distribuição por ciclo de pesquisa foi a seguinte:

1. Atuação de psicólogos em serviços hospitalares do SUS, realizado entre fevereiro e abril desse ano, com a participação de 472 psicólogos;

2. Atuação de psicólogos no CRAS, realizado entre os meses de abril e junho, com a participação de 1.331 psicólogos;

3. Atuação de psicólogos em Diversidade Sexual e Cidadania LGBTTT, realizado entre junho e agosto, com a participação de 61 psicólogos;

4. Atuação dos psicólogos na Psicologia do esporte, realizada entre os meses de setembro e outubro, com a participação de 34 psicólogos.

Novo sítio na internet

Em 2010, o Crepop reformulou sua página na internet, reorganizando as informações com o objetivo de tornar as atividades do Centro mais visíveis para os internautas. O novo site foi desenvolvido na plataforma WordPress, que é um software livre e gratuito. Trata-se de uma plataforma semântica de vanguarda para publicação das produções do Crepop, com foco na estética, nos padrões Web e na usabilidade.



1.5 Criança e Adolescente

No ano em que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) comemorou 20 anos, o CFP esteve envolvido nos debates, reunindo gestores das políticas, governos e sociedade. A ideia de que o ECA é um grande avanço, mas sem efetividade se não for traduzido em políticas públicas, foi uma das tônicas da avaliação nessas duas décadas.

A escuta de crianças e adolescentes em situação de violência e a rede de proteção foi outro eixo importante da ação na área. O Grupo de Trabalho do Sistema Conselhos continuou ativo e realizou a oficina *O papel do Psicólogo no processo de escuta de crianças e adolescentes*, em fevereiro. O seminário foi um dos eventos que embasou a construção da Resolução CFP nº 010/2010. Ela regulamenta a atuação dos psicólogos na área e proíbe o psicólogo de atuar como inquiridor, além de estabelecer o conceito de escuta psicológica.

O CFP foi eleito como membro titular do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) para os mandatos de 2009/2010. Nesse conselho, coordenou a mais recente das comissões do Conanda, que trata sobre ações em Direitos Humanos e Ação Parlamentar, comissão técnica e de caráter permanente. Também compõe a coordenação do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e integra a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, com a finalidade de articular ações e políticas públicas em consonância com o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

O CFP coordenou a mais recente das comissões do Conanda, sobre ações em Direitos Humanos e Ação Parlamentar.

O CFP integrou o Grupo de Trabalho instituído por meio da Portaria Interministerial nº 1, de 17 de junho de 2010, publicada no DOU nº 115, que criou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para formulação de proposta de diretrizes voltadas à elaboração da Política Nacional e do Plano Decenal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

As diretrizes para a Política Nacional e o Plano Decenal serão elaboradas a partir das conclusões da 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e encaminhadas para consulta pública e posterior apreciação e aprovação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. O CFP vem atuando para mobilizar a categoria a participar da consulta pública relativa ao Plano Decenal.

Ademais, o CFP participou como entidade membro no júri internacional do 5º Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística e do I Concurso Regional de Periodismo de Investigación.

Debate sobre a escuta de crianças e adolescentes em situação de violência e a rede de proteção foi eixo importante da ação na área.

A escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção

No final de 2010 o CFP integrou a comitiva brasileira, representando o Conselho Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, que participou da Reunião de Seguimento sobre o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes realizada em Bangcoc, Tailândia. O encontro reuniu os membros do Comitê Organizador Central (COC), para avaliar resultados e impactos do III Congresso Mundial e verificar o cumprimento das ações aprovadas na Declaração da Carta do Rio de Janeiro, firmada pelos países. Na ocasião o Brasil entregou relatório das atividades ocorridas no III Congresso Mundial – realizado no Rio de Janeiro.

O CFP continuará como membro suplente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) no mandato de 2011/2012. Também faz parte das Reuniões do Comitê Gestor do Projeto Criança: Prioridade no Parlamento.

A publicação embasou os debates da oficina realizada em fevereiro, que contribuiu na construção da Resolução CFP nº 010/2010

1ª Edição
Brasília-DF
2010

1.6 Direitos Humanos

PNDH 3: o que a psicologia tem a ver com isso?

ANA LUZIA DE SOUZA

Coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP)

HUMBERTO VERONIA
Presidente do CFP



O Conselho regional e o Conselho Federal de Psicologia (CFP), assim como os movimentos sociais e entidades não governamentais que lutam pelos direitos humanos, começam 2010 atentos à crise instalada no governo federal, em razão das diversas políticas desenhadas no Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3).

O plano propõe, não impõe, ao contrário do que afirmam setores conservadores da sociedade. O texto integral, lido sem preconceitos, aborda temas que atravessam a vida de milhares e, em alguns casos, de milhões de brasileiros. Assim, necessariamente, têm de ser abordados publicamente pela sociedade e pelos legisladores.

Alguns temas podem ser considerados espinhosos, como o que trata da criação da Comissão de Verdade e Justiça, que objetiva resgatar os fatos históricos e ocultados até hoje do período da ditadura civil-militar brasileira, sobretudo aqueles que se referem à tortura, à morte e ao desaparecimento dos que ativamente se opuseram ao regime ditatorial. Milhares que não foram mortos ou desaparecidos, ou aqueles que não conseguiram ou quiseram fugir do país, foram presos, julgados e condenados por tribunais militares. Cumpriam penas e, pela Lei nº 6.683, de 28/08/1979 (Lei da Anistia), foram anistiados. Suas histórias e suas ações são conhecidas publicamente, ao contrário das ações dos órgãos de repressão e de seus agentes, que continuam encobertas pelo silêncio oficial.

Em torno de outras contendas são produzidas polémicas, principalmente sobre aqueles de natureza socioeconômica, como a democratização da propriedade e dos meios de comunicação — que envolvem a ação de empresas de grande porte no processo de extração dos bens naturais do nosso país.

Grande parte dos psicólogos em exercício foi formada nos anos de chumbo ou nos anos subsequentes, nos quais houve a

instituição oficial, produzida e produzida pelos ditos da formação profissional do psicólogo.

Na perspectiva atual, no entanto, os direitos humanos devem integrar a formação profissional dos psicólogos, cujo Código de Ética estabelece como princípio fundamental o basamento do trabalho e na promoção da liberdade, da igualdade e da dignidade de ser humano, apoiados presentes na Declaração dos Direitos Humanos, cujo Código de Ética também prevê que os psicólogos trabalharão visando promover a saúde, a qualidade das pessoas e das coletividades, contribuindo para a eliminação de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O CFP é parte integrante do processo de consolidação dos

Comissão de Direitos Humanos criada em 1997 e, nos anos seguintes, foram criadas as comissões regionais, com o objetivo de incentivar a reflexão sobre os direitos humanos, incentivar à prática profissional.

Reafirmando que a psicologia e as práticas profissionais dos psicólogos devem ser transversalizadas pelos direitos humanos, e que os

Na perspectiva atual, no entanto, os direitos humanos devem integrar a formação profissional dos psicólogos, cujo Código de Ética estabelece, como princípio fundamental, o basamento do trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade de ser humano, apoiado nos valores presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos. O Código de Ética também prevê que os psicólogos trabalharão visando promover a saúde, a qualidade das pessoas e das coletividades, contribuindo para a eliminação de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O plano propõe, não impõe, ao contrário do que afirmam setores conservadores da sociedade. O texto integral, lido sem preconceitos, aborda temas que atravessam a vida de milhares e, em alguns casos, de milhões de brasileiros. Assim, necessariamente, têm de ser abordados publicamente pela sociedade e pelos legisladores.

O ano de 2010 começou com Direitos Humanos em pauta. O III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) foi questionado e criticado pela mídia grande. Junto com diversas outras entidades, o CFP contribuiu para o debate, posicionando-se, e divulgou a *Nota pública sobre as tentativas de minimização da abrangência do III Plano Nacional de Direitos Humanos*, em 15 de janeiro, assinada pelo Conselho e por sua Comissão Nacional de Direitos Humanos. Também publicou artigo sobre o tema no jornal *Correio Braziliense*, em 8 de fevereiro de 2010.

Na avaliação do CFP, se toda a discussão teve um mérito, este foi o de “tirar de debaixo do tapete” as diferentes visões sobre direitos humanos que há na sociedade brasileira e que seguem em disputa.

PSICOLOGIA E DIVERSIDADE SEXUAL

**Desafios para uma
sociedade de direitos**

SEMINÁRIO NACIONAL

17 a 19 de junho

Brasília – DF

<http://diversidade.pol.org.br>



1.7 Diversidade Sexual

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) continuou acompanhando de perto e apoiando as lutas e as conquistas da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), que em 2010 celebrou decisão inédita do Superior Tribunal de Justiça mantendo a adoção de duas crianças para um casal homossexual, em determinação que deixou precedentes para outros casais que queiram adotar.

Em junho, o CFP promoveu o Seminário Nacional Psicologia e Diversidade Sexual: desafios para uma sociedade de direitos. O evento foi fruto da percepção de todos os Conselhos Regionais de Psicologia e do Conselho Federal sobre a importância de socializar experiências, demandas recebidas e dialogar com a categoria



sobre as relações entre Psicologia e diversidade sexual.

O CFP, em conjunto com comissão convidada, respondeu a indagação do Ministério Público Federal do Estado do Rio de Janeiro acerca do processo de construção, formulação, legalidade e fundamentos técnicos contidos na Resolução CFP nº 001/1999. O texto foi publicado no site www.pol.org.br, em 27 de julho de 2010, para compartilhar as informações com a categoria.



1.8 Educação

Em março de 2010, os Conselhos de Psicologia participaram da Conferência Nacional de Educação (Conae), na qual foi distribuído o documento *Contribuições da Psicologia para a Conae*, que sintetizou as reflexões do Sistema Conselhos de Psicologia para a conferência.

A Psicologia teve forte presença na Conferência Nacional de Educação.

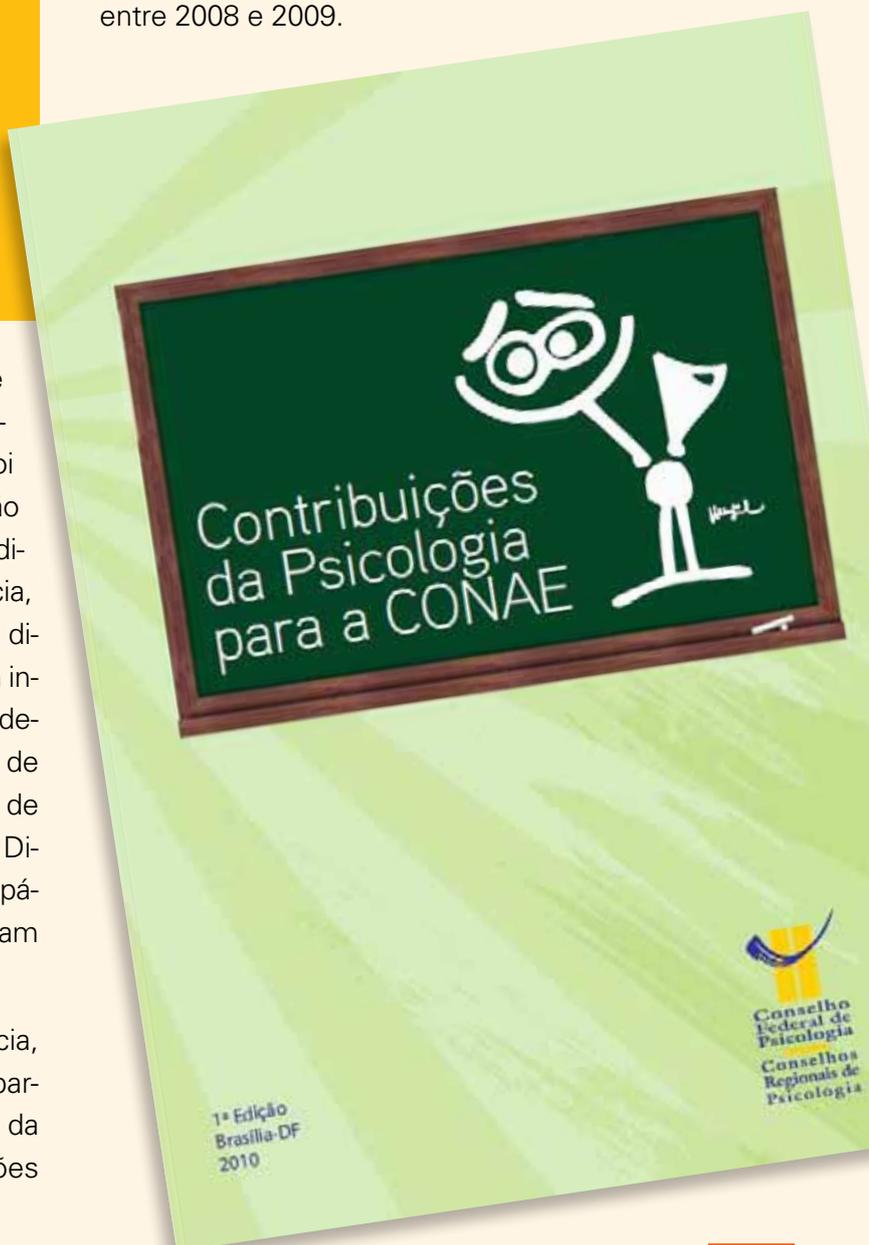
Além de dezenas de psicólogos que participaram como delegados e observadores, a presença da Psicologia foi destacada nos debates sobre educação especial e sobre ensino médio e em diversos outros espaços da conferência, como os colóquios sobre educação e direitos humanos. Nesses espaços foram informados os convênios e as parcerias desenvolvidas com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (Sedh) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) sobre o tema. Ali, as páginas do CFP e da Abep na internet foram indicadas como fonte sobre o assunto.

Durante todos os dias da conferência, o estande do CFP foi visitado pelos participantes, delegados e observadores da Conae. Foram distribuídas publicações

dos Conselhos de Psicologia e material da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep).

O CFP também participou, junto com a Abep, da audiência pública, em 4 de outubro, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, organizada pelo Conselho Nacional de Educação.

Em 2010, também foi lançada a publicação *Experiências profissionais na construção de processos educativos na escola*, que traz os textos vencedores do prêmio profissional de mesmo nome, realizado entre 2008 e 2009.



1.9 Emergências e Desastres

A construção da Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária e as políticas públicas para a área foram o tema no qual o CFP atuou ao longo de 2010, articulado com diversos outros atores da sociedade civil em busca de participação que garanta a democratização das decisões nessa área. O CFP participou como membro da Comissão Organizadora da Conferência, compondo o grupo de entidades que representaram a sociedade civil organizada. Esse grupo também denunciou escassez de informações, falta de material para divulgação, problemas com listas de presença em conferências municipais e mudanças no texto do regimento aprovado pela Comissão Organizadora.

Apesar disso, a Conferência foi realizada em abril de 2010 e teve resultado positivo, aprovando mais de 100 propostas de diretrizes que servirão como base para a formulação de políticas públicas para a área.

Entretanto, em outubro, o CFP e outras 31 entidades assinaram manifesto contra a Medida Provisória nº 494/10 e o Decreto nº 7.257, que reorganizaram o Conselho Nacional de Defesa Civil (Condec) e contrariaram deliberações expostas no relatório da Comissão Organizadora da I Conferência. Entre os equívocos, ao reconfigurar o Condec, o decreto mantém o conselho como consultivo, e não deliberativo, e destina apenas três vagas à sociedade civil.

Enquanto isso, o CFP seguiu na construção de referências para a atuação dos psicólogos na área. Em janeiro, o tema foi discutido em mesa durante o Fórum Social Mundial, onde se apontou a necessidade de desnaturalização dos desastres e de assistência integral à população.

Nos meses de julho e setembro, foram realizadas quatro Oficinas de Prática da Psicologia nas Emergências e Desastres, em parceria com CRP-02, a Coordenadoria de Defesa Civil do estado (Codecipe) e a Secretaria de Desenvolvimento Social de Pernambuco. As oficinas nasceram em resposta às enchentes que devastaram cidades de Pernambuco em 2010. Os encontros buscaram contribuir na qualificação de psicólogos que atuavam como contratados ou voluntários para a reconstrução dos municípios e para ajudar na reorganização da vida dos moradores.

Foram realizadas em Pernambuco Oficinas de Prática da Psicologia nas Emergências e Desastres, contribuindo na qualificação de psicólogos que atuavam com as comunidades afetadas pelas chuvas.

1.10 Envelhecimento

Em 2010, o CFP manteve a coordenação do Grupo de Trabalho Psicologia do envelhecimento na América Latina, da Ulapsi. A coordenação enviou aos membros do GT um quadro de questões a partir das quais se construirá um perfil geral das demandas comuns aos países membros no campo da Psicologia do envelhe-

cimento e por meio das quais os membros puderam sugerir ações ao GT.

O CFP também acompanhou o Conselho Nacional de Direitos do Idoso (CNDI), o que faz desde 2008. Em 2010, o CFP atuou pela reestruturação e pela reorganização administrativa do CNDI.

1.11 Mulheres

O Conselho Federal de Psicologia foi eleito, pela 1ª vez, para participar do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - instância de debate e definições sobre políticas públicas de gênero - no triênio 2010-2013.

O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) realizou pesquisa sobre atuação de

psicólogos(as) nos programas de atenção às mulheres em situação de violência. A publicação sobre as práticas profissionais identificadas pela investigação estará disponível em breve.

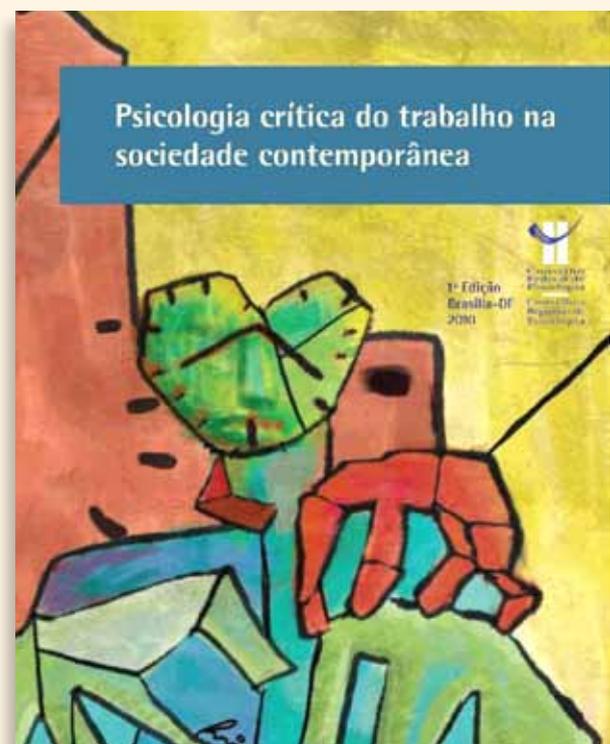
O CFP assinou manifesto de apoio à candidatura da Ministra Nilcéa Freire, para compor a recém-criada ONU Mulher.

1.12 Psicologia Crítica do Trabalho

Em 2010, o CFP publicou relatório com os debates do Seminário Nacional Psicologia Crítica do Trabalho na Sociedade Contemporânea.

No que se refere às condições de trabalho do psicólogo, acompanhou os projetos de lei sobre carga horária e piso salarial do psicólogo, em tramitação no Congresso, e publicou em outubro, em parceria com a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi), manifesto em favor de condições adequadas de trabalho para os psicólogos.

Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea foi tema de mesa de debate durante o Seminário Sociedade, Trabalho, Justiça e Democracia: reflexões a partir da Psicologia, realizado pelo CFP no Fórum Social Mundial de 2010.



1.13 Psicologia do Trânsito e da Mobilidade

O Conselho se manteve, ao longo de 2010, como secretaria executiva do Movimento Nacional pela Democratização no Trânsito (MNDT) e deu continuidade à representação na Comissão de Saúde e Meio Ambiente do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Em março, o CFP publicou nova resolução sobre a avaliação psicológica de motoristas. A Resolução nº 006/2010 altera a Resolução nº 016/2002, permitindo que sejam realizadas outras atividades nos locais para realização das avaliações psicológicas de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação e de condutores de veículos automotores, desde que fora do horário destinado àquele fim e que não prejudiquem a prestação dos serviços psicológicos.

1.14 Psicologia em Interface com a Justiça

Sistema Prisional



Em novembro, o Conselho Federal de Psicologia organizou o Fórum nacional: desafios para a resolução sobre a atuação do psicólogo no sistema prisional, com o objetivo de retomar os debates sobre a atuação do psicólogo no sistema prisional e recolher novos subsídios para a reformulação de resolução que regulamenta a ação dos psicólogos na área. Os debates sobre o tema foram retomados após a publicação da Resolução nº 009/2010 e sua posterior suspensão, pelo prazo de seis meses, a partir de 2 de setembro de 2010.

A suspensão ocorreu para possibilitar discussão sobre nova proposta, com redação que mantenha os pressupostos sobre a atuação do psicólogo no sistema prisional e, principalmente, acolha o entendimento dos diversos setores da Psicologia brasileira.



Resolução para garantir as contribuições da Psicologia no sistema prisional segue em debate.

A Resolução nº 009/2010 gerou as ameaças de penalização criminal aos psicólogos e às psicólogas que se negassem a realizar o exame criminológico. Ela também foi objeto de questionamentos do Poder Judiciário e de setores do Ministério Público.

Peritos e assistentes técnicos no poder judiciário

Outra resolução importante do CFP em 2010 foi a de nº 008/2010, que define pa-

péis de psicólogos peritos e assistentes técnicos no poder judiciário. A cooperação mútua entre profissionais que realizam essas funções tornou-se um desafio e os Conselhos de Psicologia vêm acompanhando diversos conflitos a ela relacionados. Foi para resolver esse tipo de questão que os Conselhos passaram a discutir o tema e, após consultas realizadas pelos Conselhos Regionais, sistematizaram os consensos em resolução que dispõe sobre a atuação desses profissionais.

Psicólogos estão proibidos de avaliar presos para progressão de pena
Resolução é do Conselho Federal de Psicologia. Ministério Público Federal abriu inquérito para apurar validade de medida.

Uma decisão do Conselho Federal de Psicologia teve consequências para o sistema judiciário brasileiro. Os psicólogos que trabalham nas prisões estão proibidos de realizar o exame que avalia se os detentos podem receber o benefício da progressão de pena, que permite ao condenado sair da cadeia antes da conclusão da sentença.

Veja o site do Jornal Nacional

Para ganhar a liberdade condicional ou passar para o regime semiaberto, alguns presos precisam passar por um exame criminológico que é determinado por um

Novas resoluções

Resolução define papéis de psicólogos peritos e assistentes técnicos no Poder Judiciário

O psicólogo perito é profissional designado para assessorar o Juiz e emitir parecer sobre temas de sua competência técnico-técnica, que subsidiará decisões judiciais. O psicólogo assistente técnico é de confiança de uma das partes do processo, contratado para assessorar e garantir o direito ao contraditório.

A cooperação mútua entre profissionais que realizam essas funções tornou-se um desafio e os Conselhos de Psicologia vêm acompanhando diversos conflitos a ela relacionados. Foi para resolver esse tipo de questão que os Conselhos passaram a discutir o tema e, após consultas realizadas pelos Conselhos Regionais, sistematizaram os consensos em Resolução que dispõe sobre a atuação desses profissionais.

De acordo com a conselheira do CFP, Cynthia Canali, a resolução "tem entre seus objetivos: definir parâmetros que exercício profissional de qualidade, que preserve a integridade dos atores envolvidos em um processo judicial, em especial os direitos infanto-juvenis". A rotina, antes determinada apenas a partir da discricionariedade da autoridade judicial, agora encontra-se uniformizada e legalmente respaldada pelo Conselho Profissional.

A resolução veda a presença do assistente técnico no momento da avaliação realizada pelo perito e vice-versa, resguardando, assim, a autonomia técnica dos profissionais e evitando situações constrangedoras para as partes envolvidas em um processo judicial.

É vedado ao psicólogo que esteja atuando como psicoterapeuta das partes em litígio atuar como perito ou assistente técnico de pessoas atendidas por ele. Fica vedada também a produção de documentos advindos do processo psicoterápico com a finalidade de fornecer informações à instância judicial acerca das pessoas atendidas, sem o consentimento

Regulamentação da profissão

Em debate, resolução para garantir as contribuições da Psicologia no sistema prisional

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) suspendeu os efeitos da Resolução que trata da atuação do psicólogo no sistema prisional (nº 009/2010), pelo prazo de seis meses, a partir de 02 de setembro de 2010, por meio da Resolução nº 019/2010. "Suspendida a renovação. O objetivo é possibilitar o retorno da Resolução de forma inquestionável do ponto de vista jurídico e que, neste retorno, atinja um conjunto de estratégias de defesa em face das ameaças que mais uma vez, certamente, se apresentará por parte dos poderes executivos e judiciário aos psicólogos que atuam no sistema prisional", afirma o presidente do CFP, Humberto Werneck.

Após a suspensão, o Conselho acabou, em parte, uma Recomendação da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul (PR) - Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, que, sob pena de que o CFP respondia à Ação Civil Pública, requereu a suspensão da Resolução nº 009/2010 e também daquela que regulamenta a Escola Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência na Rede de Proteção Im-

do Sul. Para o Conselho, o debate será oportuno se incluir o Sistema Judiciário e outros atores importantes, como o Ministério da Justiça, a Defensoria Pública, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e a Pastoral Carcerária, entre outros.

A questão central, para os que defendem a não realização do exame criminológico pelos psicólogos, é ser outra a função da categoria no sistema prisional. Para a psicóloga Marcia Sadini, que impôs os diversos debates realizados pelos Conselhos de Psicologia sobre o tema, a profissão deve estar comprometida com a assistência à saúde integral dos presos, pois os efeitos do encarceramento sobre a vida dessas pessoas - oriundas de sociedade desigual e excludente - e para seus familiares são civis e muitos vezes insuperáveis. "O psicólogo, comprometido ético e politicamente com seu trabalho, tem papel importante no sistema prisional quando, por exemplo, busca articular redes institucionais e inter-institucionais e, entre outras, para facilitar o acesso da população carcerária às políticas públicas de saúde, educação, cultura, trabalho, etc." afirma

1.15 Saúde

Ato Médico

O final de 2010 foi marcado pela volta do PL do Ato Médico à pauta no Congresso Nacional. A ação da Psicologia, aliada a outras profissões da saúde, conseguiu que o PL não entrasse em votação no Senado em regime de urgência.



Em novembro de 2010, setores médicos que defendem o PL do Ato Médico articularam-se com parlamentares para que o PL tramitasse em regime de urgência, indo diretamente para votação do Plenário do Senado, sem passar pela análise das comissões. Em uma reação rápida, representantes de conselhos profissionais, fóruns e associações de profissionais e usuários da saúde realizaram audiências com José Sarney (PMDB-AP), presidente do Senado, e com o líder do governo na

Aliada a profissões da saúde, Psicologia conseguiu que o PL não fosse votado em 2010.



casa, Romero Jucá (PMDB-RR). A Psicologia teve papel central em toda a articulação. Estabeleceu contato também com o senador Aloizio Mercadante, líder do PT no Senado, que acolheu a reivindicação das profissões da saúde sobre a necessidade de amadurecimento do debate acerca do PL antes da votação.

A presença de representantes de 14 Conselhos Regionais no Senado, conversando diretamente com dezenas de parlamentares e suas equipes, foi determi-





nante para sensibilizar os senadores. Eles conseguiram demonstrar o equívoco que seria a aprovação apressada de um PL que interfere na saúde de todos os brasileiros.

Também o Conselho Federal manteve-se atento, monitorando as movimentações no Senado e trabalhando na articulação com outras instituições da área de saúde.

Manifestações em março

Em defesa da saúde pública e do trabalho multidisciplinar na área, profissionais e

estudantes foram às ruas no dia 9 de março para mostrar à sociedade que o Projeto de Lei (PLC) nº 7.703/2006/PLS 268/2002, conhecido como Ato Médico, em tramitação no Senado Federal, caso aprovado, representará um retrocesso para o atendimento em saúde, além de prejudicar a autonomia das outras treze profissões da área, entre elas a Psicologia.

As manifestações aconteceram em dezessete estados e no Distrito Federal. A data ficou marcada como o Dia Nacional de Luta contra o Ato Médico. Em marchas, atos, atividades culturais e atendimento gratuito ao público, profissionais e estudantes distribuíram panfletos, levaram faixas, fizeram apitaços e entregaram a parlamentares manifestos contrários à aprovação do PL.

O CFP produziu um vídeo e diversos materiais gráficos para apoiar as manifestações. Foram enviadas aos senadores cerca de 300 mil mensagens de e-mail. Os eventos estão registrados em www.naoaotomedico.org.br.



Saúde mental

A IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial (CNSM-I), ocorrida em junho de 2010, foi resultado direto das demandas da Marcha dos Usuários pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, realizada em agosto de 2009 pela Rede Nacional Internúcleos de Luta Antimanicomial, com apoio do CFP.

A CNSM reafirmou os princípios anti-manicomiais das políticas públicas brasileiras. Algumas das principais propostas aprovadas foram a criação de novas estratégias para atender os usuários de álcool e outras drogas e a reafirmação de políticas para o fechamento de leitos em hospitais psiquiátricos.

O grande diferencial da IV CNSM foi o caráter intersetorial: dos participantes, 50% eram usuários, 25% eram prestadores e gestores e 25% eram profissionais, sendo 70% de profissionais de saúde e 30% de outras áreas. O evento contou com a participação de 1,2 mil delegados, convidados e observadores.

O dia 18 de maio – Dia Nacional da Luta Antimanicomial – desse ano foi marcado pela preparação para a IV Conferência Nacional de Saúde Mental (CNSM). A data teve como tema *Solidariedade: há em ti, há em mim*. Dialogou com a conjuntura da Reforma Psiquiátrica e com a situação mundial, principalmente aquela destacada a partir do desastre do Haiti, que, somada a outras tragédias que se seguiram, como os deslizamentos e as inundações no Rio, os terremotos no vizinho Chile e na distante China, se enlaçou a um dos princípios da Luta Antimanicomial: a solidariedade.

Artigo publicado no jornal Correio Brasileiro no mês de agosto tratava sobre a reforma do Palácio do Planalto e destacou a presença dos usuários de saúde mental na sede do governo Federal como evento marcante. Para o CFP, o texto é importante vitória da luta e reconhecimento da relevância da Marcha, realizada em agosto de 2009.

Observatório de Saúde Mental e Direitos Humanos

Entre o final de 2009 e início de 2010, o Observatório foi reformulado e ganhou novo layout. O site passa por processo de organização das respostas às denúncias recebidas, que são agora enviadas aos órgãos fiscalizadores dos serviços de saúde mental.



Álcool e outras drogas

Para discutir as políticas nacionais sobre álcool e outras drogas e a tendência de aumento de leitos de internação para tratamento – retornando aos moldes de hospitais psiquiátricos e contrariando a Lei da Reforma Psiquiátrica (nº 10.216/01) –, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) teve audiência com o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, em 4 de agosto.

Esteve em discussão o Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde (SUS), lançado em junho pelo governo Federal. O CFP avaliou que o plano tinha propostas positivas, mas mostrou preocupação com o crescimento dos hospitais psiquiátricos como recurso de tratamento e cuidado. Na opinião do Conselho, aquele ministério precisa investir em avaliação e fiscalização das políticas públicas, inclusive com pessoal contratado para acompa-

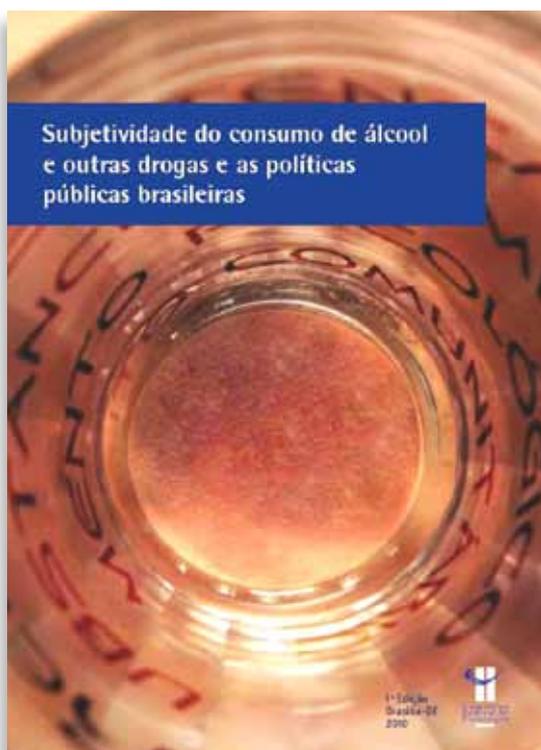


nhar a criação e a implementação da política nos estados e nos municípios.

Um debate on-line sobre álcool e outras drogas foi realizado em março, para o lançamento da revista Diálogos nº 6, que reuniu visões de diferentes profissionais que lidam com a temática.

Foram publicados em 2010 os resultados do Seminário Nacional Subjetividade do Consumo de Álcool e outras Drogas e as Políticas Públicas Brasileiras, realizado pelo CFP em 2008 com o intuito de contribuir com o amadurecimento da discussão e com a construção de posicionamento da Psicologia sobre o tema.

O tema também foi um dos assuntos importantes no debate da IV Conferência Nacional de Saúde Mental, que apontou a importância de se garantir que os princípios da reforma antimanicomial sejam utilizados também para casos relacionados ao consumo de álcool e outras drogas.



Saúde suplementar

Entraram em vigor, no início de junho, as novas regras estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para a cobertura mínima obrigatória oferecida pelos planos de saúde. A nova resolução (nº 211) traz enorme conquista: 40 sessões com psicólogo para alguns CIDs e 12 sessões de psicoterapia, também para alguns CIDs. Cresceu a quantidade possível para atendimento, mas houve também nova restrição de CIDs.

Destacam-se, como pontos positivos, a ampliação de consultas ambulatoriais e procedimentos de Psicologia em saúde mental, além da inclusão de princípios da reforma psiquiátrica antimanicomial na cobertura obrigatória, por meio sobretudo da obrigatoriedade do atendimento cotidiano em hospital-dia.

Apesar dos avanços, há ainda alterações a conquistar. Por isso, o Conselho participa de ação conduzida pelo Ministé-

**CFP comemora
novas regras para
cobertura dos
planos de saúde e
segue buscando
cobertura completa.**

rio Público de Caxias do Sul (RS) que, em conjunto com outras Promotorias de Defesa da Saúde Pública, ainda questionam itens como a necessidade de solicitação de médico para o atendimento com psicólogos e para psicoterapia.

A ANS antecipou a nova revisão do rol de procedimentos para 2010, e o CFP segue acompanhando o tema e mobilizando os regionais para garantir que as demandas da Psicologia sejam levadas em conta.

Acupuntura

Um debate on-line que discutiu *Psicologia e medicina tradicional chinesa – MTC – acupuntura: ciência, tradição e políticas públicas de saúde* conectou 845 pontos via internet na noite de 12 de abril de 2010. O tema tem sido debatido de forma crescente pela Psicologia.

Também em 2010 o Ministério do Trabalho e Emprego instituiu código específico para psicólogo acupunturista (2515-55) dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

1.16 Segurança Pública

O CFP foi eleito em 2010 para o Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), para a gestão 2010/2012. A posse, realizada em 30 de dezembro de 2010, contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O CFP obteve a quinta das seis vagas para entidades da sociedade civil. Essa foi a primeira eleição direta para escolher os integrantes do Conasp. Entidades de todo país, credenciadas antecipadamente, puderam participar da votação via internet. Ao todo, 26 instituições integrarão o Conasp no próximo biênio. Além das entidades eleitas, integrarão o Conasp representantes de órgãos governamentais.

Na posse, os novos conselheiros destacaram a novidade do processo democrático para composição do Conasp, pois antes ela era feita via indicação governamental. Apontaram a diversidade presente nas representações da sociedade civil e a possibilidade de manifestação, diálogo e articulação das populações historicamente vulneráveis na relação com os agentes do Estado, em especial, com os trabalhadores da segurança pública.

A Psicologia, em sua atuação quanto à segurança pública, quer ampliar a concepção de conflito para além das individualidades e concebê-lo como uma experiência que se localiza em uma sociedade, em uma cultura, em uma história. Para além do indivíduo isolado, com suas idiossincrasias, há o desafio de transformar um sistema repressivo que adocece procedimentos, sociabilidades e formas

de subjetivar o mundo. Nesse sentido, há que se cuidar também da saúde do trabalhador da segurança pública, bem como os impactos de seu fazer na sociedade. A Psicologia quer pensar novas formas de responsabilização que não minem direitos e retirem a condição de humanos, em especial quando pensamos na população carcerária, e insiste na bandeira do fim possível das prisões.

A segurança pública demanda novo paradigma que não a restrinja ao combate à criminalidade, mas que a consolide como instância de promoção e garantia de direitos pelo Estado, com o fortalecimento do protagonismo comunitário e do laço social.

**O CFP conquistou
vaga no Conselho
Nacional de
Segurança Pública.
Foi a primeira
eleição direta de
representantes
da sociedade civil
para o órgão.**

1.17 Sistema de Cadastro Nacional dos Psicólogos

O lançamento do Cadastro Nacional está planejado para acontecer em três fases:

1ª Fase – Disponibilização do Cadastro Nacional via web para os CRPs, subsedes, seções, escritórios setoriais, profissionais e pessoas jurídicas;

2ª Fase – Reestruturar o ambiente de tecnologia da informação (TI) e preparar para o recadastramento;

3ª Fase – Recadastramento.

Ao longo de 2010, avançou-se na 1ª fase e alguns Conselhos Regionais já têm acesso aos dados dos psicólogos cadastrados via web.

Está em estágio avançado a padronização dos dados cadastrais dos psicólogos, o que possibilitará a geração de cadastro único, para viabilizar a extração de dados e a criação de relatórios com as informações disponíveis. Atualmente, o Cadastro Nacional encontra-se na transição da 2ª fase para a 3ª fase, no processo de conclusão da padronização.

2.1 III CBP

Um prédio de 12 andares e o auditório do Memorial da América Latina abrigaram os quatro dias da terceira edição do Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência & Profissão (III CBP), realizada em São Paulo, de 3 a 7 de setembro. Os 7 mil participantes dividiram-se em cerca de 4.800 atividades: debates em diversos formatos, apresentações de pesquisas e de experiências de prática profissional e posters.

O CFP apoiou o maior encontro de todos os pensamentos da Psicologia brasileira desde o início da organização, envolvendo-se em atividades acadêmicas e na estrutura do evento. O CFP também organizou mesas de debate sobre os temas álcool e drogas, assistência social, avaliação psicológica, comunicação, democracia, diversidade sexual, educação, judicialização da vida, Psicologia e trabalho, emergências e desastres, Psicologia e violência, saúde mental, psicoterapia, segurança pública, trânsito e mobilidade, bem como apresentou os resultados da pesquisa sobre o Título de Especialista. O Conselho apoiou, por fim, a realização dos Diálogos Latino-Americanos (Veja em América Latina).

O estande do Conselho no Congresso, sempre movimentado, expôs e distribuiu publicações do CFP e foi

O CFP apoiou o maior encontro de todos os pensamentos da Psicologia brasileira desde o início da organização.



2.2 VII CNP

O VII Congresso Nacional da Psicologia (CNP), realizado entre os dias 3 e 6 de junho de 2010, em Brasília, reuniu 160 delegados e 19 observadores.

Os Congressos Nacionais da Psicologia são a instância máxima de deliberação na estrutura dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia. É nesse espaço que a categoria, por meio de representantes eleitos nos congressos regionais, discute democraticamente as diretrizes da política nacional a ser implementada pelos Conselhos de Psicologia.

VII CNP aprofunda debates e avança na construção de propostas para próxima gestão.

Durante o VII CNP, os delegados cumpriram sua função de representar, na etapa nacional, os debates realizados nos estados e nos municípios. Cada uma das teses aprovadas nos pré-congressos e congressos regionais foi analisada, garantindo tanto o aprofundamento do debate quanto a expressão dos diferentes posicionamentos acerca das temáticas presentes.



3 Eleições

As 27 chapas que concorreram à eleição nos 18 Conselhos Regionais e as duas que disputaram a consulta para o Federal evidenciam a presença de diversos grupos organizados, que refletem sobre a profissão, e mostram que o processo eleitoral de 2010 promoveu o debate de várias perspectivas existentes na Psicologia. Para o CFP, a presença de diversas chapas fortalece o processo político necessário a uma Psicologia que busca dialogar com o Estado e que, para tanto, precisa fortalecer sua ação política e tornar acurado seu posicionamento perante a sociedade.

Em oito CRPs houve disputa de chapas, com destaque para o CRP-13 (Paraíba), onde três chapas concorreram às eleições. A posse da nova gestão dos 18 Conselhos Regionais ocorreu no final de setembro e a do Federal em dezembro de 2010. A homologação da consulta nacional e a cerimônia de posse foram realizadas durante a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf), de dezembro de 2010.

Resultado final da consulta nacional para o Conselho Federal – 2010

CRP	NÚMERO DE VOTANTES	VOTOS VÁLIDOS		VOTOS EM BRANCO	VOTOS NULOS
		CHAPA 21	CHAPA 22		
CRP-01	3.130	1.030	1.835	162	106
CRP-02	2.665	1.767	611	123	164
CRP-03	1.642	925	612	35	70
CRP-04	6.955	3.677	2.587	226	465
CRP-05	8.220	2.887	3.596	639	1.098
CRP-06	28.839	15.660	10.204	1.121	1.854
CRP-07	6.396	1.231	4.860	175	130
CRP-08	3.318	758	2.346	102	112
CRP-09	2.680	1.621	863	102	94
CRP-10	707	237	425	23	22
CRP-11	1.856	812	891	84	69
CRP-12	3.579	2.084	1.309	69	117
CRP-13	961	513	387	21	40
CRP-14	1.303	765	493	22	23
CRP-15	700	125	529	23	23
CRP-16	1.117	662	381	28	46
CRP-17	659	425	187	26	21
TOTAL	74.727	35.179	32.116	2.981	4.454
PERCENTUAL	100 %	47,07 %	42,98 %	3,99 %	5,96 %

Disputa eleitoral do Sistema Conselhos de Psicologia qualifica próximas gestões.

4.1 Ética e Processos Éticos

Ao longo do ano, foram realizadas nove plenárias com julgamentos de processos éticos, nas quais foram julgados 51 processos.

4.2 Avaliação Psicológica

A Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica foi expandida com a inclusão de dois novos membros no final de 2009. Assim, concluiu o ano de 2010 trabalhando com sete convidados, 31 pareceristas e o acompanhamento de duas conselheiras.

Reuniões realizadas:

Em 2010, houve oito reuniões presenciais, uma delas com a presença dos pareceristas, e duas realizadas por telefone.

Testes psicológicos avaliados:

De acordo com a Resolução CFP nº 002/2003, só podem ser usados profissionalmente no Brasil testes com avaliação favorável, emitida pelo CFP, que avalia se eles atendem aos requisitos especificados na resolução.

Em 2010 a comissão recebeu 17 testes. Entre eles, um recebeu análise desfavorável e 16 continuam em análise.

Em 2010 a comissão analisou também 15 testes, que chegaram ao CFP em 2008 e 2009. Entre eles, sete receberam avaliações favoráveis, quatro desfavoráveis e quatro ainda continuam em análise.

Nesta gestão, a comissão trabalhou principalmente na qualificação do anexo da Resolução CFP nº 002/2003, que é a ficha utilizada para a avaliação dos testes psicológicos. O objetivo foi tornar os pareceristas mais criteriosos na avaliação dos testes psicológicos a partir dessa ficha, fazendo com que os testes a ser apresentados para avaliação

O CFP manteve, em 2010, o trabalho de orientação aos Conselhos Regionais sobre as ações das Comissões de Ética e Comissões de Orientação e Fiscalização.



do CFP passem também gradativamente a ter mais qualidade.

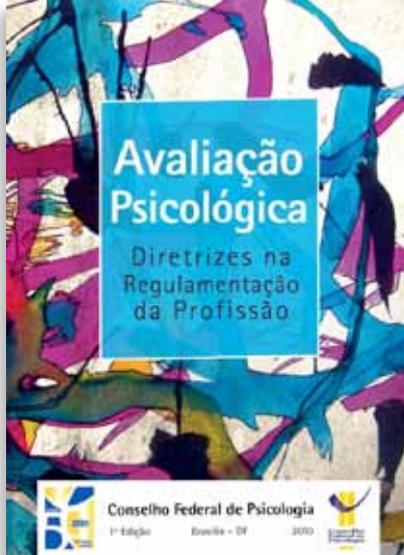
Outra forma encontrada pela comissão para aumentar a qualidade dos testes criados no país, ou validados para o Brasil, foi o constante diálogo com os autores, por meio de avaliação que fornece a eles retorno acerca daquilo que precisa ser modificado para que o teste receba avaliação positiva.

Também, a comissão passou a verificar instrumentos que estavam sendo utilizados indiscriminadamente, para conferir se são testes psicológicos e, portanto, privativos de psicólogos. De 2008 a 2010, foram verificados 15 instrumentos.

A comissão fez algumas reformulações no Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi) e tem trabalhado para criar um sistema on-line que o substituirá. O projeto prevê a interação entre a comissão e os pareceristas de forma eletrônica.

A comissão publicou um documento-síntese, contendo os assuntos mais recorrentes relacionados à avaliação psicológica durante essa gestão. O documento Avaliação Psicológica: Diretrizes na Regulamentação da Profissão foi lançado no III Congresso Brasileiro da Psicologia.

Outro trabalho importante da comissão foi iniciar comunicação com autores e requerentes dos testes sobre a validade dos estudos dos instrumentos que têm seus prazos definidos na Resolução CFP nº 002/2003. Assim, a comissão tem alertado que, a partir do vencimento desses estudos, os testes terão seu uso profissional proibido, mostrando assim a importância de os interessados começarem a promover novas pesquisas com o intuito de reiterar a validade dos testes.



Vitória na definição de normas para avaliação psicológica em concursos públicos

Em 2010, a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica identificou problemas no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, que regulamentou, entre outras questões, a avaliação psicológica em concursos públicos, por ele contrariar resolução do CFP. Junto com a Polícia Federal e outros órgãos interessados, o CFP propôs nova redação para a norma.

Um dos principais problemas apontados no Decreto estava no artigo 14, que tratava apenas de exame psicotécnico, restringindo a questão dos testes psicológicos à perspectiva de que seriam utilizados para “detecção de problemas psicológicos” que pudessem comprometer o exercício das atividades inerentes ao cargo em disputa.

Após tratativas com a Casa Civil da Presidência da República e de reuniões das quais participaram os membros da Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica do CFP, tal artigo foi reformulado pelo Decreto nº 7.308, de 22 de setembro de 2010. O decreto considera avaliação psicológica como o emprego de procedimentos científicos destinados a aferir a compatibilidade das características psicológicas dos candidatos com as atribuições do cargo. Determina que a avaliação deve ser feita em relação aos requisitos psicológicos do cargo, estabelecidos previamente, por meio de estudo científico de atribuições e responsabilidades dos cargos.

4.3 Credenciamento de Sites

O CFP deu continuidade ao trabalho de credenciamento de sites que fazem orientação on line ao longo de 2010.

O tema credenciamento de sites foi discutido na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças de maio de 2010, que decidiu realizar um Seminário Nacional em 2011. Na ocasião, ficou garantida a presença dos conselheiros regionais além da discussão sobre as dificuldades da resolução de credenciamento de sites e das novas possibilidades de intervenção nessa área. O evento deverá contar com profissionais especialistas em Informática,

Psicologia e Direito que sejam capazes de fomentar a discussão e ampliar o debate entre toda a categoria profissional, além de verificar possíveis articulações com o tema mídia e subjetividade. A indicação é que o evento ocorra no estado de São Paulo, devido à facilidade de acesso.

Situação dos sites que solicitaram credenciamento

Verificação COF	50
Sites em Análise Comissão	60
Sites em Análise CRP	60
Sites Aprovados com Selo	134
Sites Reprovados	153
Sites que não se aplicam	148

(Última atualização em 28/12/2010 – Cotec)

4.4 Títulos de Especialista

Concursos

Em 2010, o CFP promoveu dois concursos de provas e títulos de especialidades da Psicologia. Em junho, o concurso foi voltado para a especialidade em Trânsito. Já o concurso realizado em setembro, realizado em 13 capitais do país, tratou de 10 especialidades: Psicologia Escolar/Educacional; Psicologia Organizacional e do Trabalho; Psicologia de Trânsito; Psicologia Jurídica; Psicologia do Esporte; Psicologia Clínica; Psicopedagogia; Psicomotricidade; Psicologia Social e Neuropsicologia.

O CFP concluiu a pesquisa nacional para avaliação do impacto do título de especialista para a categoria, realizada entre 2008 e 2010. A pesquisa foi feita com base em respostas voluntárias, em formulário disponibilizado na internet e por contato com cursos de especialização.

Cursos de especialização

Outra atividade realizada pelo CFP é o credenciamento e o reconhecimentos de cursos de especialização, desenvolvido em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep).

Cursos de Especialização credenciados e reconhecidos pelo Conselho Federal de Psicologia

Especialidades	Cursos credenciados pelo CFP
Neuropsicologia	8
Psicologia Clínica	79
Psicologia do Esporte	1
Psicologia Hospitalar	18
Psicologia Jurídica	1
Psicologia Organizacional e do Trabalho	2
Psicologia do Trânsito	1
Psicomotricidade	1
Psicopedagogia	1
Psicologia Escolar/Educacional	1
TOTAL	113

(Última atualização em 5/01/2010 – Cotec)

4.5 Relação das Resoluções Publicadas em 2010

- a)** Resolução nº 01/10: estabelece a Primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região para o Exercício de 2010;
- b)** Resolução nº 02/10: cria o Conselho Regional de Psicologia da 18ª Região, fixa novas jurisdições e dá outras providências;
- c)** Resolução nº 03/10: regulamenta a instituição e o funcionamento das Seções e Subsedes no âmbito dos Conselhos Regionais de Psicologia;
- d)** Resolução nº 04/10: cria a função gratificada de Assessoramento à Coordenação-Geral;
- e)** Resolução nº 05/10: altera a resolução CFP nº 001/2009, publicada no dia 1º de abril de 2009, pág. 90, Seção I do DOU;
- f)** Resolução nº 06/10: altera a Resolução CFP nº 016/2002;
- g)** Resolução nº 07/10: institui valores mínimo e máximo das anuidades para o exercício de 2010;
- h)** Resolução nº 08/10: dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário;
- i)** Resolução nº 09/10: regulamenta a atuação do psicólogo no sistema prisional;
- j)** Resolução nº 10/10: institui a regulamentação da Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência, na Rede de Proteção;
- k)** Resolução nº 11/10: cria o Conselho Regional de Psicologia da 19ª Região, fixa novas jurisdições e dá outras providências;
- l)** Resolução nº 12/10: institui o regulamento da eleição extraordinária para o Conselho Regional de Psicologia da 19ª Região;
- m)** Resolução nº 13/10: aprova o Regimento Interno das Seções de Base Estadual do Conselho Regional de Psicologia da 1ª Região;
- n)** Resolução nº 14/10: aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 9ª Região;
- o)** Resolução nº 15/10: aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 18ª Região;
- p)** Resolução nº 16/10: aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região;
- q)** Resolução nº 17/10: aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 8ª Região;
- r)** Resolução nº 18/10: dispõe sobre reajuste, direitos e deveres dos empregados do Conselho Federal de Psicologia;
- s)** Resolução nº 19/10: suspende os efeitos da Resolução CFP nº 009/2010, que regulamenta a atuação do psicólogo no sistema prisional, pelo prazo de seis meses.
- t)** Resolução nº 020/2010: aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região;
- u)** Resolução nº 021/10: estabelece a Primeira Reformulação Orçamentária dos Conselhos Regionais de Psicologia das 2ª, 7ª e 11ª Regiões para o Exercício de 2010;
- v)** Resolução nº 022/2010: estabelece a previsão orçamentária dos Conselhos Regionais de Psicologia para o ano de 2011;
- w)** Resolução nº 023/2010: aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região;
- x)** Resolução nº 024/10: estabelece a previsão orçamentária do Conselho Federal de Psicologia para o ano de 2011.

5.1 Periódicos

Psicologia: Ciência e Profissão

A Revista Psicologia: Ciência e Profissão chega ao trigésimo ano como um periódico reconhecido no âmbito científico. Já aceita pela base de dados Scielo devido à sua qualidade e à sua periodicidade, a revista foi aceita na página do Scielo.

Em 2010, além da edição comemorativa dos 30 anos, que foi distribuída a todos os psicólogos do país, foram lançadas quatro edições da revista, totalizando 60 artigos. Ao todo, em 2010, a Psicologia: Ciência e Profissão recebeu 204 artigos, dos quais 123 estão em processo de publicação e 81 foram rejeitados por não se adequarem ao padrão da revista.

A partir desse ano, todas as edições da revista que entram no ar, no portal Pepsic (pepsic.bvsalud.org) são divulgadas por meio de boletim eletrônico.

Compuseram a Comissão Editorial da revista: Acácia Aparecida Angeli dos Santos (indicada pelo CFP), Edla Grisard Caldeira de Andrada (indicada pelos CRs da região Sul), Henrique Figueiredo Carneiro (indicado pelos CRs da região Nordeste), Inara Barbosa Leão (indicada pelos CRs da região Centro-Oeste), Iracema Neno Cecília Tada (indicada pelos CRs da região Norte) e Paulo Rogério Meira Menandro (indicado pelos CRs da região Sudeste).

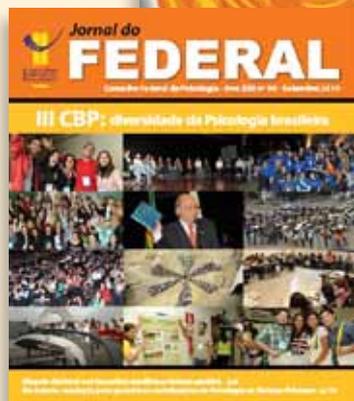
A partir desse ano, as edições da revista que entram no ar no portal Pepsic (pepsic.bvsalud.org) são divulgadas por meio de boletim eletrônico.



Revista Diálogos

A sétima edição da revista Psicologia Ciência e Profissão: Diálogos, lançada em julho de 2010, trata da Política de Assistência Social, ressaltando a importância da ação conjunta de psicólogos e assistentes sociais.

Por meio de matérias, artigos, resenhas e entrevistas, a publicação – retomada pelo Sistema Conselhos de Psicologia no ano passado – procura fornecer subsídios que alimentem o debate do tema dentro da Psicologia.



Jornal do Federal

O Jornal do Federal, periódico que apresenta matérias e textos diversos na área de Psicologia e relata as atividades que envolvem o Sistema Conselhos de Psicologia, teve quatro edições no ano de 2010.

Informe on-line e Notícias do POL

Com periodicidade quinzenal, o Boletim do Conselho Federal de Psicologia traz as notícias do CFP, as publicações produzidas e a agenda de eventos. O informe é on-line e foi reestruturado no ano passado. Até o final de 2010, foram enviados 25 boletins. Dentre eles, houve alguns especiais, com

temas como o dia de luta pela educação inclusiva, o dia internacional da mulher, as manifestações contra o Ato Médico e o Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3).

Já o Notícias do POL é uma ferramenta para comunicados urgentes do CFP. Neste ano, foram publicados 46 boletins.

5.2 Projeto Memória da Psicologia Brasileira

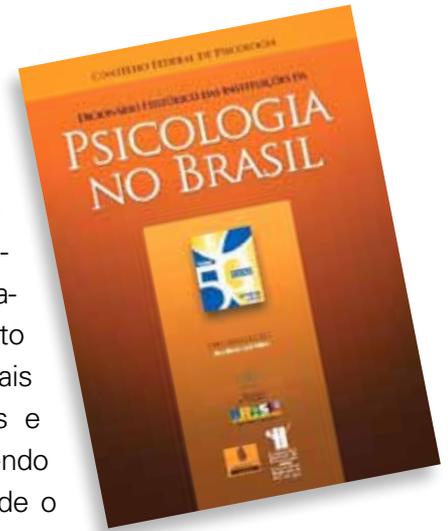
O Projeto Memória da Psicologia Brasileira vem sendo realizado pelos Conselhos de Psicologia desde o final dos anos 90. Ele foi formalizado em 1999, com o objetivo estratégico de estabelecer uma referência temporal para a profissão e criar um sentimento de ancestralidade para a construção da profissão comprometida com a realidade social brasileira. O apoio a pesquisas e a trabalhos acadêmicos tinha o sentido de contribuir com a sistematização do conhecimento histórico sobre a profissão, algo que gera efeitos diretos na vida dos profissionais, porque constrói referências e permite que sejam observados caminhos do desenvolvimento de sua profissão no país.

Subprojeto Pioneiros da Psicologia no Brasil

O subprojeto foi retomado em 2010. Estão em fase de preparação pela editora responsável, a Editora Imago, duas obras. Uma delas reúne textos sobre Anita Paes Barreto, Padre Benko, Teresinha Lins e Ir-mão Justo; a segunda trata da Psicologia Educacional em Helena Antipoff.

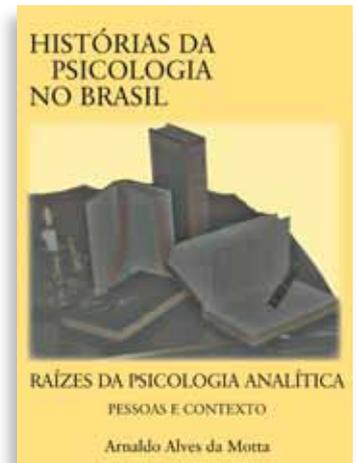
Subprojeto Dicionário das Instituições

Está em fase de finalização a segunda obra desse subprojeto, o Dicionário das Instituições da Psicologia no Brasil, publicado pela Editora Imago. O dicionário é fruto de pesquisas de mais de 260 investigadores e sua realização vem sendo apoiada pelo CFP desde o início.



Subprojeto Histórias da Psicologia no Brasil

A partir de 2009, foi retomada a produção dos livros com textos aceitos na coleção Histórias da Psicologia no Brasil, publicada pela Editora Casa do Psicólogo. Estão em fase de produção outras três obras, que finalizarão esse momento da coleção.



Livros publicados:

- Raízes da Psicologia Analítica no Brasil (Arnaldo Alves da Motta)
- A Cidade e a Alma Reinventadas (Denis Barros de Carvalho)

5.3 Relatórios de Eventos e Atividades Publicados

Documento-síntese

- Avaliação psicológica – diretrizes na regulamentação da profissão.

Relatórios de eventos

- Psicologia e mobilidade: o espaço público como direito de todos.
- Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea.
- Subjetividade do consumo de álcool e outras drogas e as políticas públicas brasileiras.
- Atuação do psicólogo no sistema prisional.
- A escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção.

Resultados de prêmios

- Experiências profissionais na construção de processos educativos na escola.

Subsídios para conferências de políticas públicas

- Contribuições da Psicologia para a CONAE.
- Por uma IV Conferência antimaniacomial: contribuições dos usuários.
- Subsídios para conferência de Defesa Civil.

Documentos publicados pelo Crepop

Documentos impressos

- 1 – Referências para atuação de psicólogos em medidas socioeducativas em unidades de internação.
- 2 – Referências técnicas para atuação de psicólogos no campo do direito relativo às Varas de Família.

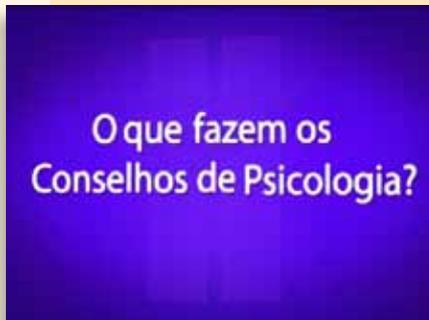
Documentos publicados na página do Crepop na internet

- 1 – Prática profissional do psicólogo em serviços de atenção às mulheres em situação de violência.
- 2 – Práticas inovadoras em políticas públicas em Psicologia e o Sistema Prisional.
- 3 – Práticas inovadoras em políticas públicas em atenção básica à saúde.
- 4 – Práticas profissionais dos psicólogos em educação inclusiva.
- 5 – Práticas profissionais dos psicólogos em políticas públicas de mobilidade urbana, transporte e trânsito.

5.4 Vídeo Institucional dos Conselhos de Psicologia

Após decisão da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) de dezembro de 2010, o CFP coordenou a produção de vídeo institucional de apresentação do Sistema Conselhos de Psicologia.

O objetivo do vídeo era proporcionar aos Conselhos Regionais e Federal um material atraente e sucinto que explicasse – ao público em geral e aos novos psicólogos que se cadastram nos Regionais – as principais funções dos Conselhos de Psicolo-



gia, as formas de funcionamento, a importância e a destinação das anuidades, o compromisso social da Psicologia. Também foram apresentados congressos do Sistema, como o CBP e o CNP; o

Crepop e alguns dos temas em que os Conselhos se envolvem.

O vídeo tem duas versões, uma de 7 minutos e outra de 21 minutos. As cópias produzidas foram distribuídas aos Conselhos Regionais.

5.5 Sites, Hotsites e Sistemas para Inscrição On-Line em Eventos

Em 2010, o Setor de Informática do CFP construiu e alimentou as seguintes páginas na internet, em hotsites e em sistemas de inscrição on-line de eventos:

a) Sistemas de inscrições / hotsites:

- E-Teses – VII CNP
- III CBP
- II Seminário Nacional sobre o Sistema Prisional
- IV Mostra Regional de Práticas em Psicologia
- I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Inter-raciais e Subjetividade no Brasil (PSINEP)
- Seminário A atuação dos psicólogos no sistema único de assistência social
- Seminário Nacional Psicologia e Diversidade Sexual

b) Sistemas para Pesquisas (Crepop)

- Atuação Profissional de Psicólogos(as) nos serviços hospitalares do SUS
- Atuação dos Psicólogos no CRAS-SUAS
- Atuação Profissional de Psicólogos(as) em Políticas Públicas de Diversidade Sexual e Promoção da Cidadania LGBTT
- Psicólogo seu fazer nos interessa – pesquisa sobre atuação dos psicólogos em Políticas Públicas de Esporte

c) Sistema Manifestos on-line

- Manifesto pela convocação da Conferência Estadual de Saúde Mental - SP
- Manifesto de APOIO AO PLC 060/2007
- Manifesto contra o aumento do tempo de internação de adolescentes PL 7008/10

- Manifesto: Psicólogos questionam o PL da Psicopedagogia PL 3512/2008
- Manifesto contra o Projeto de Lei da redução da maioria penal

d) Sistemas internos

- Controle de ligações
- Gerenciamento de contratos (em desenvolvimento)
- Sistema administrativo para as pesquisas do Crepop
- Satepsi (levantamento requisitos)

e) Atualizações de sites

- Não ao projeto de lei do Ato Médico
- Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Psicoinfo
- Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos
- Credenciamento de Selo

f) Consulta de dados na Receita Federal

- Aproximadamente 1.800 consultas

5. 6 Notas e Manifestos

Notas públicas do CFP em 2010:

Nota Pública CFP e CNDH/CFP: Sobre as tentativas de minimização da abrangência do III Plano Nacional de Direitos Humanos

15 de janeiro de 2010

PL 3512/2008, que regulamenta exercício da Psicopedagogia: o CFP é contra este projeto

21 de janeiro de 2010

Nova Resolução Normativa da ANS: avanços e limitações

27 de abril de 2010

Nota sobre a Resolução CFP que, ao regulamentar a atuação do psicólogo no sistema prisional, impede a realização do exame criminológico pela categoria

27 de julho de 2010

Nota do CFP sobre o método democrático de construção das resoluções no Sistema Conselhos de Psicologia

6 de agosto de 2010

Manifesto de apoio à candidatura da Ministra Nilcéa Freire, para compor o novo setor de entidade internacional, a ONU Mulher

13 de agosto de 2010

27 de agosto, dia do psicólogo

26 de agosto de 2010

Nota: CFP é contrário à regulamentação da atividade de psicopedagogia proposta pelo PLC 31/10

15 de setembro de 2010

Nota do CFP sobre a suspensão por 6 meses da Resolução 009/2010 e atividades realizadas sobre o tema

20 de setembro de 2010

CFP assina manifesto em defesa da democracia e do controle público sobre a mídia
5 de outubro de 2010

Nota do CFP em repúdio à demissão da psicóloga Maria Rita Kehl pelo jornal O Estado de S.Paulo
11 de outubro de 2010

Manifesto pela redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais
15 de outubro de 2010

Manifesto contra a Medida Provisória nº 494/10 e o Decreto nº 7.257 que reorganiza o Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC) e dá outras providências
15 de outubro de 2010

Manifesto da Psicologia sobre a Escuta psicológica de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência na Rede de Proteção
5 de novembro de 2011

Carta em defesa da Liberdade de Expressão
5 de novembro de 2010

Nota do CFP sobre a suspensão por 6 meses da Resolução 009/2010 e atividades realizadas sobre o tema
17 de novembro de 2010

Conselho Federal de Psicologia e entidades da sociedade civil defendem liberdade de expressão dos atores sociais nos meios de comunicação
18 de novembro de 2010

Ato Médico: PL não é consenso entre as profissões da saúde
3 de dezembro de 2010

Nota pública do Conselho Federal de Psicologia sobre a eleição no CRP-04
29 de dezembro de 2010

5.7 BVS-Psi Brasil e BVS Ulapsi

Bvs-Psi Ulapsi Brasil – 2010

Em 2010 a BVS-Psi Ulapsi Brasil teve a nova versão instalada e diversas melhorias na plataforma de busca. Entretanto, problemas com ataques de hacker ao site impossibilitaram a atualização constante das fontes de informação. A Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia (ReBAP) deverá atualizar as bases de dados no início de 2011.

Dados incluídos nas Bases de Dados BVS-Psi Ulapsi Brasil

Artigos indexados na base de revistas: 18
Teses: 3
TCC: 4
Eventos: 14

A ReBAP conta com 168 centros cooperantes. Em 2010, dois eventos reuniram os bibliotecários da Rede para discussão dos trabalhos, troca de experiências e aprimoramento dos cooperantes nas metodologias LILACS: I Encontro Regional dos Bibliotecários da ReBAP (Salvador – Bahia, março de 2010) e VI Encontro das Bibliotecas da ReBAP (Rio de Janeiro, outubro de 2010).

A BVS-Psi Ulapsi Brasil participou de seis eventos de Psicologia por envio de material de divulgação e promoção do uso da biblioteca em estandes.

O Dia Nacional da BVS-Psi Ulapsi Brasil, organizado em parceria com a Associação



Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) e com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp), integrou as 168 instituições que fazem parte da rede de bibliotecas em diversos tipos de atividades promocionais do uso da BVS-Psi.

A BVS-Psi Ulapsi Brasil foi tema de palestras nos seguintes eventos:

1) Título da palestra: A BVS-Psi e as Fontes de Informação
Evento: **XVIII Curso de Editoração Científica da ABEC**

Data: 18 de junho de 2010

2) Título da palestra: A BVS-Psi e a gestão da informação

Evento: **II Seminário sobre Tecnologia, Gestão da Informação e Conhecimento em Saúde Pública**, realizado na sede da OPAS/OMS, em Brasília/DF.

Data: 8 e 9 de junho de 2010

3) Título da palestra: A Informação no Contexto Contemporâneo: a BVS-Psi

Evento: **I Seminário de Política de Informação e Memória**

Data: 27 de setembro de 2010

4) Título da palestra: A Biblioteca Universitária Frente aos Desafios Atuais

Evento: **V Semana de Biblioteconomia da ECA/USP**

Data: 28 de setembro de 2010

Periódicos Eletrônicos em Psicologia – PePSIC

Em 2010 o PePSIC passou por mudança da plataforma e ganhou a versão portal, tal como o SciELO. Essa nova versão permitirá a reunião de todos os títulos de Psicologia publicados no Portal SciELO.org. Em outras palavras, trata-se da reunião de todos os títulos de Psicologia em uma única plataforma, além da junção dos relatórios de uso e citação de todos os títulos SciELO e PePSIC. O projeto será finalizado em 2011, mas as melhorias já podem ser acompanhadas no endereço www.bvs-psi.org.br.

Dados estatísticos do Portal

Fascículos novos: 220

Títulos novos: 4

Total de títulos: 83 (com a nova versão do portal passaremos a contar com 96 títulos).

Dos 83 títulos PePsic, 60 são brasileiros e 23 de outros países da América Latina membros da Ulapsi.

Capacitação

Marcação de revistas: 3

Modo de submissão automática: 3 cursos



6.1 Reuniões do XIV Plenário

O XIV Plenário do CFP, composto por 21 conselheiros, sendo nove efetivos, nove suplentes e três psicólogos convidados, realizou reuniões para discutir e encaminhar as políticas deliberadas pelo VI Congresso Nacional da Psicologia:

- a)** 14 reuniões Plenárias do XIV Plenário do CFP;
- b)** 16 reuniões de Diretoria: 8 presenciais em Brasília/DF, 2 presenciais em São Paulo/SP e 6 telefônicas;
- c)** 2 Assembleias das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf);
- d)** 6 reuniões de Presidentes: 2 presenciais e 4 telefônicas;
- e)** 1 reunião de transição de tesoureiros;
- f)** 3 reuniões de Tesoureiros, sendo 2 presenciais e 1 telefônica;
- g)** No ano de 2010, foram realizadas 213 reuniões telefônicas, com 1.739 participantes.

No ano de 2010, foram realizadas 213 reuniões telefônicas, com 1.739 participantes.

Auditorias

Dos meses de março a outubro, foram realizadas 17 auditorias, por empresa independente, conforme diretrizes do Tribunal de Contas da União, uma em cada CRP e uma no CFP.

Planejamento estratégico do CFP

Realizado em janeiro de 2010, gerou o plano de ações do CFP para o ano de 2010.

Documentos oficiais produzidos

- a)** Encaminhamentos/Sínteses – 18, entre Reuniões plenárias, APAFs e Reuniões de Presidentes;
- b)** 18, entre Reuniões Plenárias, APAFs e Reuniões de Presidentes.



6.2 Fóruns e Representações

Associação Brasileira da Psicanálise – ABPpsicanálise

Representante: André Leonardi

Câmara de Regulação do Trabalho no SUS – CRTS – Ministério do Trabalho

Representante: Jureuda Duarte Guerra

Câmara Setorial de Serviços de Saúde – Anvisa

Representante: Maria Christina Veras

Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente – Denatran

Representante Titular: Fabián Marín (2009/2011)

Suplente: Andréa Nascimento

Campanha Contra PL Ato Médico

Representantes: Jureuda Duarte Guerra e Anice Holanda

Campanha Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania

Representante: Ricardo Moretzsohn

Capacitação da Perícia Forense Brasileira – SEDH – PR

Representante: Janne Calhau

CNS – Conselho Nacional de Saúde

Representante: Maria Ermínia Ciliberti (2009/2012)

CNS – Comissão Intersetorial de Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde

Representante: Maria Ermínia Ciliberti

CNS – Comissão Intersetorial Permanente de Trauma e Violência

Representante: Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo

CNS – CIRH

Representante: Maria da Graça Gonçalves

CNS – CPAF

Representante: Fernanda Lavarello

CNS – Comissão Permanente de Saúde Suplementar

Representante: Maria Christina Veras

Comissão Doenças Sexualmente Transmissíveis – MS

Representante: Monalisa Barros

Comissão Nacional de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal

Representante: Clara Goldman

Comitê Permanente de Combate à Tortura e à Violência Institucional – CNPCT – SDH – Presidência da República

Representantes: Janne Calhau e Edmar Carrusca

Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – SDH – Presidência da República

Representante: Malu Moura

Conselhão – Fórum Nacional dos Conselhos das Profissões Regulamentadas

Representante: Clara Goldman

Conselhinho – Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde

Representante: Anice Holanda Nunes Maia

Conselho Nacional Antidrogas – Conad – Presidência da República

Representante: Monica Gorgulho

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Representante: Iolete Ribeiro (2010/2012)

Conselho Nacional de Segurança Pública – Conasp

Representante: Cynthia Corrêa Araújo Ciarallo (2010/2012)

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM – SPM – Presidência da República

Representante: Clara Goldman

Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI – SEDH – Presidência da República

Representante: Christina Veras (2008/2010)

Coordenação Nacional de Mobilização pela Realização da Conferência Nacional de Comunicação

Representante: Roseli Goffman

FENPB – Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira

Representantes: Humberto Verona e André Leonardi

Fentas – Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores em Saúde

Representante: Maria Ermínia Ciliberti

FNAS – Fórum Nacional de Assistência Social

Representante: Iolete Ribeiro

FNDC – Fórum Nacional de Democratização da Comunicação

Representante: Roseli Goffman

FNDCA – Fórum Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente

Representante: Iolete Ribeiro

Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira

Representante: Humberto Verona e Maria da Graça Gonçalves

Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos

Representante: Ana Luiza Castro

Fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas – Conselho

Representante: Clara Goldman

Fórum dos Conselhos Federais da Área de Saúde – Conselheiro

Representantes: Anice Holanda e Christina Veras

Fórum Permanente do Mercosul – Exercício Profissional – Ministério do Trabalho

Representante: Cynthia Corrêa Araújo Ciarallo

Fórum Permanente do Mercosul

Representante: Cynthia Corrêa Araújo Ciarallo

Grupo de Trabalho Estudos e Contribuições sobre Qualificação de Prestadores de Serviços na Saúde Suplementar – ANS

Representante titular: Christina Veras
Suplente: Anice Holanda

Grupo de Trabalho Interministerial de Ajuda Humanitária – Itamaraty

Representante: Elisa Zaneratto

Grupo de Trabalho Revisão do Rol de Procedimentos – ANS

Representante: Anice Holanda

GT Saúde Mental e AIDS – Ministério da Saúde

Representante: Monalisa Barros

Movimento Nacional pela Democratização do Trânsito – MNMT

Representante: Andréa dos Santos Nascimento

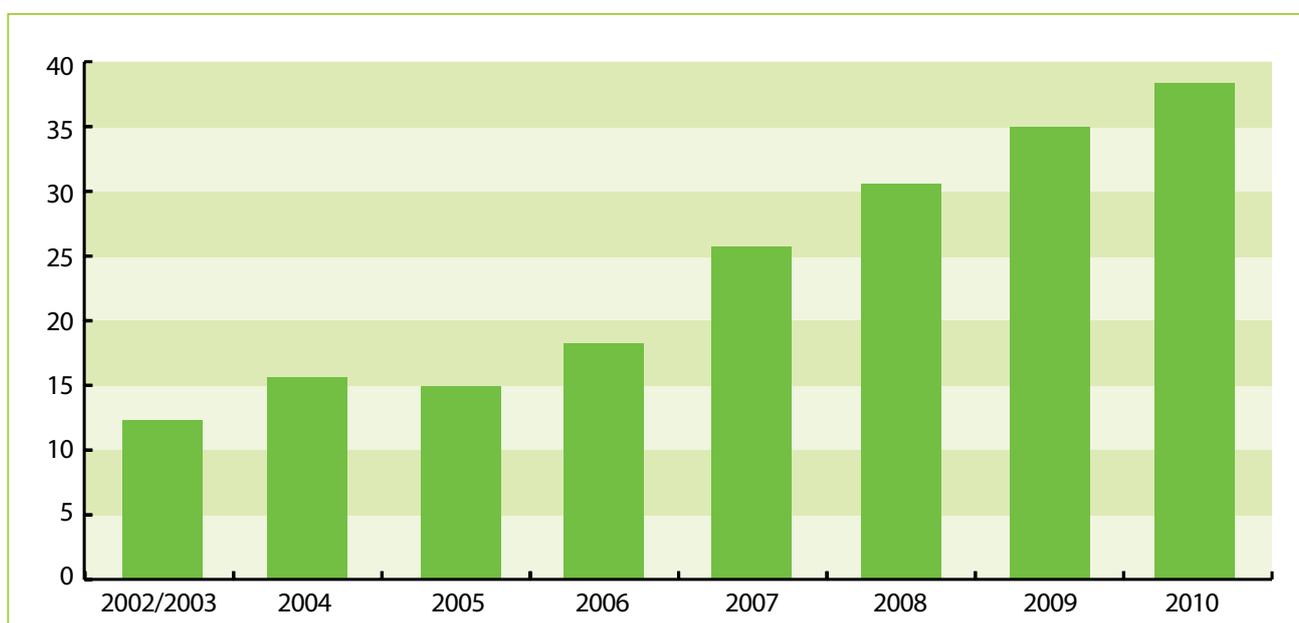
Subgrupo de Acupuntura – CRTS-MS

Representante: Delvo Ferraz

Participação em comissões organizadoras de Conferências Nacionais

- Conferência Nacional de Saúde Mental (realizada de 27/06/10 a 01/07/10)
- Conferência Nacional de Defesa Civil (realizada de 23/03/10 a 25/03/10)

Quadro comparativo do números de fóruns e representações dos quais participa o CFP



6.3 Comissões e Grupos de Trabalho

A Coordenação Técnica do CFP assessorou, entre 2008 e 2010, as seguintes Comissões e Grupos de Trabalho:

Grupos de Trabalho:

- Envelhecimento;
- Histórias da Psicologia;
- Psicoterapia (APAF);
- Ano da Educação (APAF);
- Subcomissão sistematização do Ano da Educação (APAF);
- Composição das comissões gestoras e estrutura das seções e subsedes (APAF);
- Escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência (APAF);
- Psicologia e Diversidade Sexual (APAF);
- Psicologia Jurídica (APAF);
- A Exclusão da Psicologia nas Organizações (APAF);
- Credenciamento de sites (APAF);
- Cuidado das pessoas que usam drogas e suas interfaces com a luta antimanicomial (APAF);
- Lugar do Assistente Técnico na Perícia Psicológica (APAF);
- Exame Criminológico (APAF);
- Bacharelado (APAF).

Comissões:

- Comissão Ad hoc de Psicoterapia;
- Comissão do Título de Especialista;
- Comissão de Saúde;
- Comissão para Qualificação da Avaliação Psicológica no Trânsito;
- Comissão de Psicologia e Trânsito nas Políticas Públicas;
- Comissão Nacional de Direitos Humanos;
- Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica;
- Comissão Editorial da Revista Psicologia Ciência e Profissão;
- Comissão Editorial da Revista Diálogos.

7 Administrativo-Financeiro

Em 2010, a receita do CFP atingiu R\$ 17.849.407,45, representando 77,50% da prevista, e as despesas atingiram R\$ 17.666.063,90 que representam 76,70% do fixado, obtendo-se superávit orçamentário no exercício no montante de R\$ 183.343,54.

Comparando-se a execução dos exercícios de 2009 e 2010, verifica-se que o crescimento da receita foi de 15,02% (excluindo o superávit de 2010), enquanto a despesa apresentou crescimento de 37,64%.

Destaca-se que o aumento da despesa no percentual apresentado se deve ao fato da concessão de empréstimos aos CRPs e ao investimento nas instalações da nova sede do CFP.

Na análise patrimonial, durante o exercício o Conselho Federal de Psicologia obteve superávit patrimonial de R\$ 2.145.795,83, aumentando o seu patrimônio líquido em 12,86%.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - 2010			
CONTAS DE RECEITAS	Previsão	Execução	Diferença
Receitas Correntes	15.803.716,10	15.620.839,91	(182.876,19)
Receita de Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	1.001.000,00	1.020.129,92	19.129,92
Receita de Serviços	15.543,97	16.263,92	719,95
Transferências Correntes	14.697.172,13	14.453.593,52	(243.578,61)
Outras Receitas Correntes	90.000,00	130.852,55	40.852,55
Receitas de Capital	7.228.943,79	2.228.567,54	(5.007.638,72)
Operações de Crédito	-	-	-
Alienação de Bens	-	7.262,47	-
Amortização de Empréstimos	60.000,00	221.305,07	161.305,07
Transferência de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital (superávit proposto)	7.168.943,79	2.000.000,00	(5.168.943,79)
TOTAL DA RECEITA	23.032.659,89	17.849.407,45	(5.190.514,91)
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - 2010			
CONTAS DE DESPESAS	Previsão	Execução	Diferença
Despesas Correntes	18.094.025,78	13.454.814,72	4.639.211,06
Despesas de Custeio	14.904.456,18	10.835.786,06	4.068.670,12
Transferências Correntes	3.189.569,60	2.619.028,66	570.540,94
Despesas de Capital	4.938.634,11	4.211.249,19	727.384,92
Investimentos (aquisição de equipamentos)	3.190.000,00	2.821.249,19	368.750,81
Inversões Financeiras (aquisição de imóveis)	1.500.000,00	1.390.000,00	110.000,00
Transferências de Capital	248.634,11	-	248.634,11
TOTAL DA DESPESA	23.032.659,89	17.666.063,91	5.366.595,98
Superávit (Receitas menos despesas)	-	183.343,54	(176.081,07)

Auditoria

Foram realizadas auditorias contábeis e de gestão em todos os Conselhos Regionais e no Conselho Federal, pela empresa ViaConsult – Auditoria, Consultoria e Trei-

namento Ltda, abrangendo o exercício de 2009, de forma a verificar os procedimentos adotados para a autarquia e a exigências do Tribunal de Contas da União (TCU).

8 Assessoria Parlamentar

A Cortês e Zupirolli Advogados Associados continuou prestando assessoria parlamentar ao CFP durante 2010.

A Assessoria Parlamentar do CFP é responsável pelo acompanhamento dos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional. Periodicamente, é enviada

ao CFP uma tabela contendo as principais informações de todos os projetos relacionados à Psicologia. A Assessoria também produz notas técnicas sobre projetos, acompanha e aconselha os conselheiros em audiências ou reuniões no Congresso Nacional que tratam sobre projetos de lei.

9 Nova Sede

Em junho de 2010 foram concluídas as obras de reforma das novas instalações do Conselho Federal de Psicologia. A nova sede conta com ambientes adequados para realização de reuniões plenárias, encontros e eventos. São 1.500 m² de instalações modernas e equipadas para melhor atender aos psicólogos.



Com a nova sede, o CFP tem espaço para realização dos eventos que organiza, o que resultará em significativa redução de gastos com infraestrutura para as atividades desenvolvidas pelo Conselho.

O CFP mudou-se para a nova sede em junho de 2010.

10 Assessoria Jurídica

Ações e atividades da assessoria jurídica do Conselho Federal de Psicologia desenvolvidas em 2010

No desenvolvimento das atividades da assessoria jurídica ao Conselho Federal de Psicologia (CFP), empregou-se toda diligência e zelo, guardando, inclusive, sigilo profissional em relação aos encargos a ele confiados, prestando os serviços de forma idônea, com eficiência, competência e diligência, desenvolvendo as ações e atividades que se seguem:

- a)** desenvolvimento de medidas extrajudiciais, administrativas e judiciais, na forma e nos termos previamente ajustados com o CFP, acompanhando e defendendo seus interesses em Brasília-DF e excepcionalmente em todo território nacional;
- b)** elaboração de peças com as informações referentes às consultas formuladas pelo CFP, no que se refere à tramitação de processos;
- c)** elaboração de pareceres, contratos, convênios, memorandos, ofícios, petições, recursos e outros instrumentos jurídicos típicos do exercício profissional de advogado, além da elaboração dos instrumentos normativos do CFP (Resoluções, Instruções Normativas, Portarias, etc.);
- d)** assessoramento e prestação de consultoria, quando necessário, nos processos decorrentes do exercício profissional de competência do CFP;
- e)** acompanhamento de processos que tramitaram em outros estados da Federação.

Aprovação de editais elaborados nas contratações do CFP

- a)** Aprovação de Editais na modalidade PREGÃO, para aquisição de bens, móveis e serviços pelo CFP;
- b)** Aprovação de Editais na modalidade Tomada de Preços e Convite, para contratação de serviços pelo CFP.

Pareceres elaborados

Elaboração de Pareceres conclusivos sobre as diversas consultas formuladas, principalmente sobre a realização de procedimentos licitatórios, o exercício profissional, procedimentos na área trabalhista, do pagamento das anuidades e assuntos correlatos (possibilidade de parcelamento, cancelamento da inscrição, suspensão do exercício profissional etc.) e também sobre assuntos específicos da profissão.

Demais ações

Acompanhamento de ações judiciais movidas em desfavor do CFP, com a prática das medidas legais cabíveis.

11 Corpo Funcional do CFP em 2010

Coordenação Geral – CG

Yvone Magalhães Duarte

Secretaria da Coordenação-Geral – SG

Equipe: Fabiana Cristina Guimarães de Lima
Tatiana Santos Freitas Queiroz Gomes

Coordenadoria Técnica – CT

Coordenadora: Polyana Marra Soares
Equipe: André Yokowo dos Santos
Camila Dias L. Alves
Daniela Ribeiro M. e Silva
Fabíola Borges Corrêa
Mirella Imbroisi
Patrick Thiago dos S. Bomfim
Romário Dias Santos

Coordenadoria Contábil-Financeira – CCF

Coordenador: Gilson de Souza Oliveira
Equipe: Alynne Monique de Sousa Farias
Cicero Beserra Torquato Junior
Luciana Ferreira S. Silva
Paulo César Bonfim
Rosângela Duarte de Almeida

Coordenadoria de Comunicação Social – CCS

Coordenadora: Priscila Delgado de Carvalho
Equipe: Gustavo Siqueira Gonçalves
Lívia Domeneghetti Davanzo
Mariana Batista Rodrigues Costa (estagiária)
Verônica Duarte R. de Araújo

Coordenadoria Jurídica – CONJUR

Coordenador: Fernando Augusto Nazaré
Nermin Mohamed Aly A. Rehiem
(estagiária)

Núcleo de Apoio aos Projetos de Gestão – NAPG

Coordenadora: Tânia Regina Zamberlam
Equipe: Klebiston T. dos Reis Ferreira

Lívia Marinho Avelino da Silva
Roger Cael de Magalhães Mello
Talita Ribeiro Lima

Núcleo de Apoio aos Órgãos Colegiados – NAOC

Coordenadora: Mariza Bezerra Guimarães
Moreira
Equipe: Carlene de Souza Dias Rezende
Ellana Rodrigues de Amorim
Patrícia Camilo F. da Silva
Veracy da Silva Fernandes

Setor de Apoio Administrativo – SAA

Coordenador: Wladimir Rogério dos Reis
Equipe: Antônio Carlos Everton Muniz
Caleb Oliveira Freitas
Daisy Lima Bispo de Oliveira
Eduardo de Jesus Souza
Fábio Almeida da Trindade
Poliana Kilian G. de C. Vieira
Ronaldo Firmo Furtado
Thiago de Mélo Pacheco

Setor de Informática – SI

Coordenador: Elton Ramos da Silva
Equipe: Gedalias Hugo de Oliveira
Valentim
Inaldo Ramos Ribeiro
João Alberto Brochado Abrão
Leomar da Silva Santana

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – Crepop

Coordenador: Romeu Olmar Klich
Equipe: Anielen de Oliveira Magalhaes
Mateus de Castro Castelluccio
Natasha Ramos Reis da Fonseca

Assessoria de Projetos Especiais

Carmem Regina Ribeiro
Carolina Pereira Barbosa
Márcia Machado
Michael Molinari de Andrade

Projeto Gráfico e Diagramação





**Conselho
Federal de
Psicologia**